

ACÇÃO SOCIALISTA

OE 2011

Aprovado em votação final global

OE 2011 foi aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD, e os votos contra das restantes bancadas e de quatro deputados laranja da Madeira. **P5**

NESTA EDIÇÃO

Suplementos
 Europa e Jovem Socialista

Opinião
 CATARINA MARCELINO /// LUÍS PITA AMEIXA



Elza Pais, secretária de Estado da Igualdade

“Políticas de igualdade reforçam desenvolvimento e competitividade”

“Este Governo entende a igualdade e a não discriminação como uma prioridade política”, porque contribui para “promover o desenvolvimento e reforçar a competitividade”, afirma Elza Pais, em entrevista ao “Acção Socialista”, onde passa em revista o “percurso intenso” feito pelos governos de José Sócrates em defesa dos direitos humanos e em direcção à igualdade. **P2**

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Portugal no topo europeu das empresas mais inovadoras

Portugal subiu 17 posições no ranking que avalia o ambiente de negócios, tendo passado do 48.º para o 31.º lugar, em 183 países, segundo o relatório “Doing Business 2011”, divulgado pelo Banco Mundial. **P4**

INTERNACIONAL

NATO define em Lisboa novo Conceito Estratégico

Reunidos na capital portuguesa, os 28 membros da NATO aprovaram o novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica destinado a ajustar na próxima década as estruturas civis e militares às novas ameaças. **P15**

ACTUALIDADE

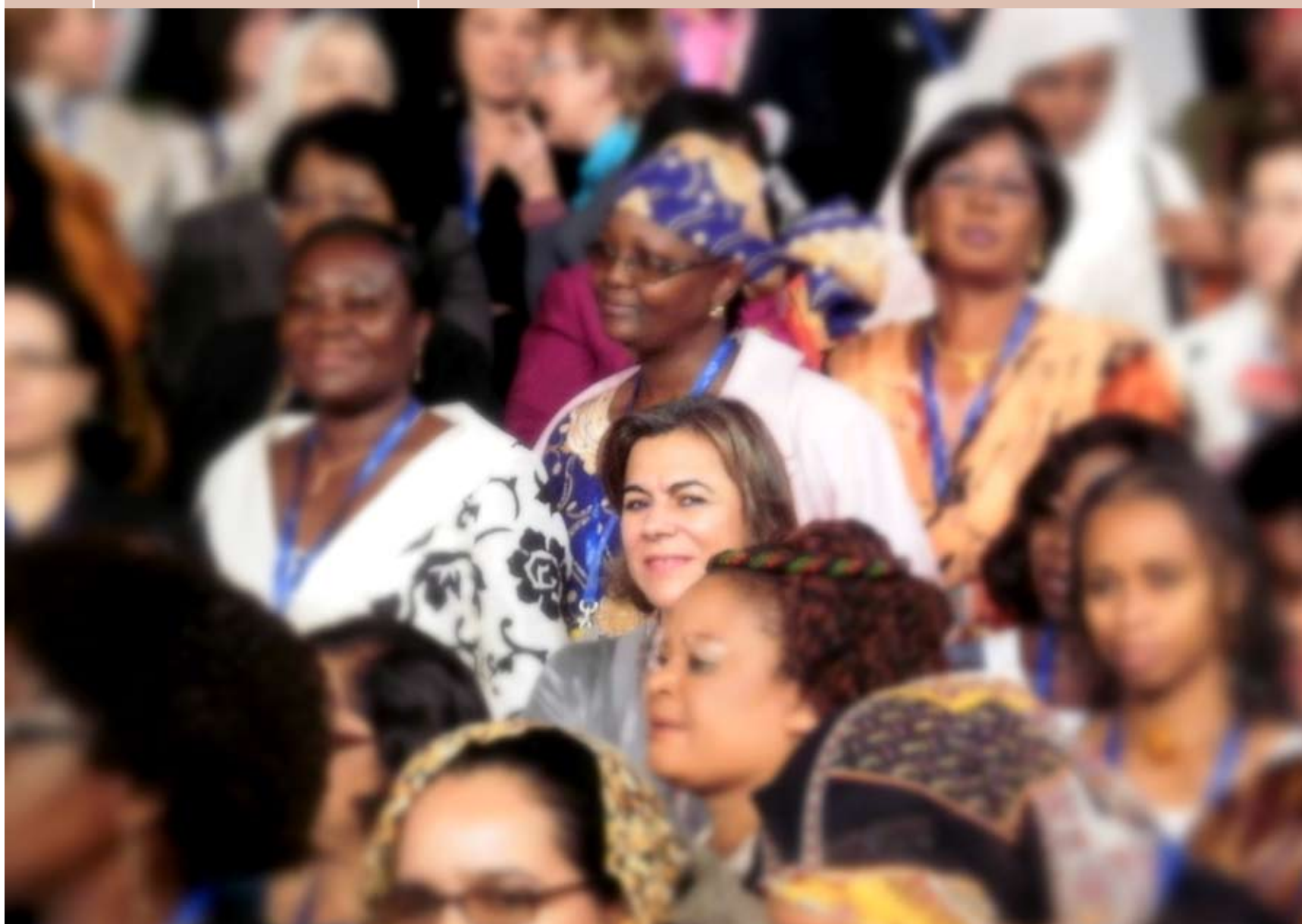
Deputados socialistas propõem aumento temporário de IRC da banca

Um grupo de deputados socialistas propôs que os bancos possam contribuir com um esforço acrescido “num momento em que Portugal se depara com a necessidade de reequilibrar as suas contas públicas”. **P7**

INTERNACIONAL

Portugal e China fortalecem relações comerciais

Duplicar o comércio até 2015 e impulsionar as relações para que haja mais investimento chinês em Portugal foi o desejo manifestado por José Sócrates ao Presidente da China no final da visita oficial de dois dias que Hu Jintao realizou a Portugal. **P14**



Elza Pais, secretária de Estado da Igualdade

“Políticas de igualdade reforçam desenvolvimento e competitividade”

“Gostaria de contribuir para a construção de uma sociedade com mulheres mais empoderadas no espaço público”, afirma Elza Pais, em entrevista ao “Acção Socialista”, onde salienta que o actual Governo entende a igualdade e a não discriminação como uma prioridade política, uma vez que “promover a igualdade é promover o desenvolvimento e reforçar a competitividade”. A secretária de Estado da Igualdade realça o envolvimento na “primeira linha” do

primeiro-ministro nas mais importantes iniciativas legislativas com vista à igualdade de género, como a despenalização da IVG, a Lei da Paridade, a Licença da Parentalidade, a nova Lei-Quadro da Violência Doméstica, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. “É um percurso intenso em defesa dos direitos humanos e em direcção à igualdade”, diz a governante que na passada semana apresentou o IV Plano Contra a Violência Doméstica.

Qual a principal linha de rumo que tem nortear a política do Governo em relação à questão da igualdade?

Este Governo entende a igualdade e a não discriminação como uma prioridade política. Falamos de direitos humanos fundamentais, uma matéria muito sensível para um Governo socialista democrático. É também uma questão de desenvolvimento. Neste sentido, as políticas de igualdade e não discriminação estão estruturadas em torno de Planos Nacionais de Acção – Plano Nacional para a Igualdade, Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos. Estes planos representam um desenho de políticas públicas coerentes e articuladas entre si, com uma execução coordenada

pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e envolvendo toda a Administração Central do Estado, os municípios, as organizações da sociedade civil, parceiros sociais e empresas, numa lógica de trabalho em rede. É uma questão de coesão social em todo o nosso território. Promover a igualdade é promover o desenvolvimento e reforçar a competitividade.

Os governos de José Sócrates são unanimemente reconhecidos como os que deram maior contributo para a igualdade de género. Que iniciativas legislativas destacaria como as mais importantes neste âmbito?

Há todo um percurso que deve ser assinalado e em que o nosso primeiro-ministro se envolveu na primei-

ra linha desde logo. Começo pela despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, avanço para a Lei da Paridade, que nos permitiu um salto superior a 10%, em média, no aumento da participação das mulheres no Parlamento Europeu, Assembleia da República e no Poder Local. Esta Lei foi um marco para os Direitos Humanos das Mulheres em Portugal. Mas recordo ainda a Licença da Parentalidade, que decorre do Código do Trabalho, e que incentiva à participação dos homens na esfera familiar. A nova Lei-Quadro da Violência Doméstica que é também um salto importantíssimo para alcançarmos a igualdade de género e que vem implementar todo um novo quadro de protecção das vítimas, condenação dos agressores, qualificação de profissionais, reforço das estruturas de apoio

à vítima e conhecimento do próprio fenómeno. Mais recentemente, a lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e também a lei que permite a mudança de nome e sexo no registo civil das pessoas transexuais, transgénero ou intersexuais. Como vê, é um percurso intenso em defesa dos direitos humanos e em direcção à igualdade.

As mulheres têm hoje mais consciência dos seus direitos?

Eu diria que todas as pessoas têm hoje mais consciência dos seus direitos. No entanto, pelos dados do último eurobarómetro sobre discriminação na União Europeia, apenas 1/3 das pessoas em Portugal têm conhecimento dos seus direitos. É por isso que temos levado a cabo um trabalho intenso de informação sobre os direitos, através de campanhas e acções de sensibilização de proximidade, em articulação com os actores locais, municípios, organizações da sociedade civil, entre outros. É uma preocupação central para este Governo, uma vez que está intimamente ligada com o exercício de uma cidadania plena.

A maior discriminação das mulheres continua a ser ao nível laboral, onde continuam a ser as primeiras a ser despedidas e poucas chegam aos lugares de topo. Como inverter esta situação?

É verdade. Este Governo tem procurado sensibilizar as empresas e as associações empresariais a implementarem Planos para a Igualdade, tendo aberto para o efeito uma linha de financiamento através do QREN-POPH. Estes planos têm o mérito de apoiar acções que promovam a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal das mulheres e dos homens, aproximando as famílias das empresas. Estes planos têm colocado as pessoas no centro da gestão, têm procurado sensibilizar os homens para uma maior participação na esfera familiar e têm, acima de tudo, promovido uma gradual participação das mulheres na tomada de decisão, nomeadamente ao nível da ocupação de posições de chefia. Neste momento estão implementados cerca de 180 planos em diversas empresas. Já temos uma mulher a presidir a um Conselho de Administração de uma empresa do PSI 20.

O caminho não é fácil, só com políticas de conciliação é que inverteremos situações muito enraizadas na cultura organizacional das empresas e nos padrões de vida de uma sociedade, onde se continua a considera “normal” e a legitimar as interrupções de carreira, por motivos relacionados com o apoio à família, apenas no feminino. Não é por falta de competências que as mulheres não ocupam os lugares de topo, até porque acabam os cursos com altas qualificações, superiores às dos homens. É uma questão de oportunidades que não se têm colocado de forma igual para homens e mulheres. O combate a estes estereótipos de género, faz-se com políticas, como está a acontecer com os Planos de Igualdade, mas também com mudança de valores, situação porventura mais difícil de inverter. Temos que valorizar mais os ganhos pessoais e sociais da conciliação no feminino e no masculino, para que a interrupção das carreiras se possa repartir entre homens e mulheres e, assim sendo, ninguém perde e todos ganham, as empresas, as famílias e a sociedade em geral. Está hoje provado que a diversidade na gestão reforça a competitividade e promove a inovação.

Já não há profissões vedadas às mulheres?

Diria que não, mas os lugares de topo ao nível da decisão económica e política continuam, na sua esmagadora maioria, a ser ocupados por homens. Ou seja, o acesso ao topo das hierarquias profissionais continua a registar desigualdades. Eu diria que há toda uma realidade de poder assimétrico entre homens e mulheres que foi socialmente construída, criando mitos e preconceitos sobre a masculinização ou feminilização de certas profissões. Assim como foi construída, julgo que temos de criar as condições para a desconstrução

destes mitos e preconceitos assentes no sexo. É um percurso em curso.

Para os mais novos ou menos atentos, poderia lembrar algumas das profissões que as mulheres não podiam exercer durante a ditadura do Estado Novo?

Só a partir de Abril é que tivemos uma igualdade de direitos para homens e mulheres perante a lei. As discriminações aí eram objectivas, as mulheres não podiam ausentar-se do país sem autorização do marido e não podiam exercer certas profissões, como piloto, magistradas, diplomatas, entre outras. Felizmente, os tempos mudaram e a igualdade de direitos perante a lei é hoje uma conquista incontornável. Se olharmos hoje para as áreas laborais onde a participação das mulheres ainda é diminuta, percebemos logo aí algumas das profissões que lhes estavam vedadas nos tempos de ditadura. Um exemplo muito visível são as áreas da Defesa e Segurança, e que hoje estão a ter um assinalável percurso de inversão. Aliás, Portugal é dos poucos países do mundo que têm um Plano Nacional de Acção para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, onde está claramente assumido que a integração de mulheres nos grupos de

As campanhas de prevenção para as camadas mais jovens, como a campanha contra a violência no namoro, continuam a constituir prioridades de intervenção, de modo a permitirem a assumpção de novos valores de masculinidade e de feminilidade e uma cultura de não violência

negociação introduz mais valias na procura de soluções pacíficas.

O empreendedorismo feminino tem vindo a ganhar terreno. Que visão tem desta realidade?

Este Governo tem apostado nas capacidades empreendedoras das mulheres portuguesas. Só na linha de financiamento associada ao QREN-POPH, Eixo 7 – Igualdade de Género, investimos cerca de 15 milhões de euros na criação de empresas geridas por mulheres. Cerca de 1400 mulheres estão envolvidas na criação dos seus próprios negócios, com mais de 600 empresas já criadas ao abrigo desta linha de financiamento. Mas para além da visão numérica, importa realçar a dimensão social e cultural desta aposta, uma vez que vários dos projectos destas mulheres têm permitido recuperar património cultural de várias regiões do país, evitando uma perda irreparável para a nossa memória histórica. E isto tem sido possível porque o conhecimento deste património português era do domínio das mulheres. No fundo, é um ganho imenso para o país, quer para a revitalização da economia, quer para a preservação do património cultural.

Uma das prioridades da sua acção tem sido o combate à violência doméstica. Que medidas têm sido tomadas no âmbito da prevenção e de apoio às mulheres vítimas deste flagelo?

A Lei-Quadro da Violência Doméstica, de Setem-

bro de 2009, foi um marco no combate a este flagelo. Esta lei permitiu construir uma nova “arquitectura” de apoio e intervenção, sobretudo ao nível do sistema de protecção das vítimas. Dispomos hoje de recursos únicos no quadro da UE, como a vigilância electrónica para agressores para apoiar a medida de coação de afastamento da casa de residência da família, e a teleassistência para vítimas. Já foram aplicados mais de 7000 “estatutos de vítimas”, o que permite que as vítimas possam ser referenciadas no acesso a vários dispositivos de apoio social também definidos no quadro dessa Lei. Existe uma rede de apoio às vítimas, que conta com mais de 500 estruturas de atendimento, onde se integram as salas de atendimento especializado da PSP e GNR e a rede de núcleos e casas de abrigo, que reflectem um trabalho de cooperação muito intenso entre o estado, central e local, e as organizações da sociedade civil.

Acabou de ser aprovado o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, um plano que procura reforçar a intervenção de proximidade e um maior envolvimento das Autarquias no combate à violência doméstica e à promoção da Igualdade de género. Para o efeito, irá ser aberta uma linha de financiamento do QREN/POPH que apoiará acções concretas das autarquias em cooperação com organizações da sociedade civil.

Temos apostado também na desocultação de fenómeno, dado que não se pode combater o que não se conhece. Cerca de 30.500 vítimas apresentaram queixa em 2009 à PSP/GNR. Mas deixe-me ainda assinalar a enorme evolução na formação das forças de segurança e profissionais de saúde e educação no apoio a estas vítimas. Sabemos hoje que as vítimas demonstram uma confiança cada vez maior neste sistema de protecção.

As campanhas de prevenção para as camadas mais jovens, como a campanha contra a violência no namoro, continuam a constituir prioridades de intervenção, de modo a permitirem a assumpção de novos valores de masculinidade e de feminilidade e uma cultura de não violência.

Algumas vez se sentiu discriminada pelo facto de ser mulher?

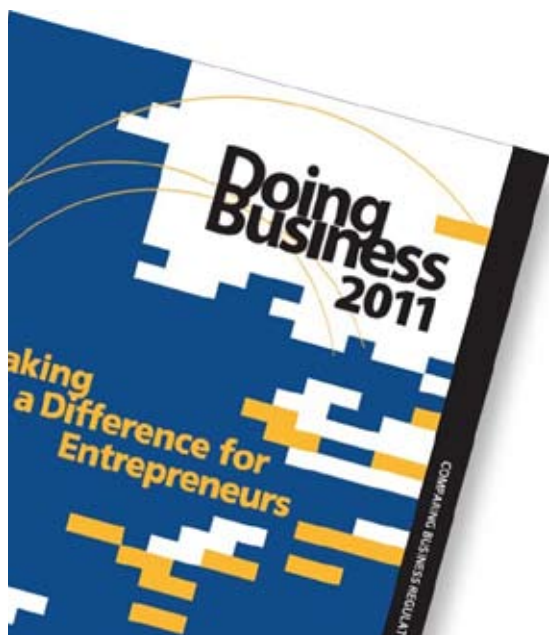
Senti sobretudo que nem sempre tive as mesmas oportunidades que os homens da minha geração tiveram na definição das suas carreiras profissionais. E isso não deixa de ser uma discriminação subtil que muitas mulheres experimentaram e continuam, infelizmente, ainda a experimentar.

Que evolução tem sentido na nossa sociedade em relação a uma maior consciencialização sobre as questões que se prendem com a discriminação das mulheres?

Nos últimos dados divulgados pelo Fórum Económico Mundial, Portugal subiu 14 posições na tabela do Global Gender Gap, estando agora na 32ª posição entre 134 países. Uma evolução que confirma o bom desempenho das políticas públicas de igualdade em Portugal. A divulgação destes dados também permite consciencializar a opinião pública portuguesa para a importância da igualdade.

No final do seu mandato, como gostaria de olhar para trás?

Gostaria de deixar o tema da igualdade e da não discriminação em definitivo na agenda política. Gostaria de contribuir para a construção de uma sociedade com mulheres mais empoderadas no espaço público, com homens mais empoderados no espaço familiar, com relações sociais mais equilibradas e não violentas entre as pessoas. Farei parte de um percurso iniciado por umas e que deverá ser continuado, seguramente, por outras e outros, porque a afirmação de novos valores não se circunscreve às limitações de um mandato.



Portugal melhora no ranking do ambiente de negócios

PORTUGAL subiu 17 posições no ranking que avalia o ambiente de negócios, tendo passado do 48.º para o 31.º lugar, em 183 países, segundo o relatório “Doing Business 2011”, divulgado pelo Banco Mundial.

Neste ranking, Portugal surge também em posição claramente mais favorável do que a de outros países do Sul da Europa, já que ocupa o 31.º lugar, enquanto a Espanha é 49.º, a Itália 80.º e a Grécia surge em 109.º.

No conjunto das economias da OCDE, Portugal progride também do 22.º para o 19.º lugar, ganhando num só ano três posições.

No âmbito da União Europeia, Portugal, que na edição do ano passado estava colocado em 18.º lugar, passa agora para 13.º, subindo cinco posições. Atrás de Portugal, no ranking global, ficam países como a Áustria (32.º), o Chipre (37.º), a Eslováquia (41.º), a Eslovénia (42.º), o Luxemburgo (45.º), a Hungria (46.º), a Bulgária (51.º), a Roménia (56.º), a República Checa (63.º) ou a Polónia (70.º).

Segundo o Governo, este progresso deve-se, em primeiro lugar, ao impacto positivo do Programa Simplex e das suas 809 medidas de simplificação da vida dos cidadãos e das empresas, adoptadas no país nos últimos cinco.

País onde é mais fácil registar imóvel

Mas o relatório do Banco Mundial agora divulgado indica ainda que Portugal passou mesmo a liderar a classificação dos países onde é mais rápido comprar e registar um imóvel, o que se deve essencialmente ao sucesso do programa Casa Pronta, através do qual num único balcão é possível realizar todas as operações relativas à compra e venda de imóveis.

O documento atribui ainda a Portugal o 1.º lugar no que respeita à menor complexidade dos procedimentos associados a estas operações, a par da Suécia, Noruega, Emiratos Árabes Unidos e Geórgia.

O relatório destaca, mais uma vez, o projecto Empresa na Hora, em particular pelo facto de ter inspirado a reforma da constituição de sociedades no Uruguai, país que recentemente lançou o seu balcão Empresa en el día, uma reprodução do projecto português.

PIB cresceu 0,4% no terceiro trimestre puxado pelas exportações



“Muito animadores” foi como o primeiro-ministro, José Sócrates, considerou os dados sobre o desempenho económico do país no último trimestre do ano, realçando que “é o sector exportador que está a puxar pela crescimento”.

“**DE ACORDO** com os dados que foram publicados, também pelo Eurostat, neste primeiro trimestre, Portugal acelerou o crescimento relativamente ao segundo trimestre e no conjunto destes três trimestres o nosso crescimento é muito superior – muito mais de o dobro – daquilo que estava previsto”, disse José Sócrates.

Segundo a estimativa rápida do PIB divulgada no dia 12 pelo INE e os indicadores do Eurostat, o produto interno bruto (PIB) cresceu 0,4% no terceiro trimestre face aos três meses anteriores e 1,5% face ao mesmo período do ano passado.

Esta evolução no terceiro trimestre deve-se ao aumento das vendas ao exterior, sobretudo em resultado do aumento expressivo das exportações de bens e serviços, que subiram 14,6%.

Falando à sua chegada a Macau, onde se deslocou para participar na 3ª conferência ministerial do Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, José Sócrates disse que os dados agora divulgados são “uma boa notícia, que confirma o esforço de recuperação da economia portuguesa”.

E sublinhou o facto de ser o sector exportador que está a puxar pelo crescimento económico. “E isso também é uma boa notícia já que as exportações portuguesas são o sector mais dinâmico e mais importante nesta fase da nossa economia”, afirmou.

O primeiro-ministro saudou “os dez milhões de portugueses que todos os dias dão o seu melhor para que Portugal e a economia portuguesa progridam”, mas, frisou, “pelo que estão a fazer e pelo seu comportamento no mercado, as empresas que exportam merecem, sem dúvida, uma referência especial”.

Ao congratular-se com “os excelentes resultados do último trimestre de 2010”, José Sócrates salientou que “a economia portuguesa progrediu e está a progredir”.

“Isto é muito animador, em particular num momento em que temos que fazer face a uma crise financeira internacional e em que a imagem do país precisa destes bons exemplos da economia portuguesa”, acrescentou.

Fisco ultrapassa mil milhões de euros de cobrança coerciva

MAIS de mil milhões de euros foi quanto a Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) anunciou ter alcançado em volume agregado de cobrança coerciva até Novembro de 2010.

Valor que segundo o Ministério das Finanças (MF) supera em cerca de 16% o que estava previsto e que traduz um “resultado exemplar” no bom comportamento da execução orçamental, sobretudo tendo em vista, como acentua, o actual contexto de crise económica e financeira que o país atravessa.

Relevante para este desempenho, diz ainda o MF, para lá do “trabalho e esforço de todos aqueles que desenvolvem a sua actividade DGCI”, são as alterações organizativas que a administração fiscal portuguesa tem vindo a operacionalizar em resultado da execução do Plano de Modernização da Justiça Tributária e da adopção durante o corrente ano de várias medidas tendentes a permitir a obtenção de resultados em áreas específicas da execução fiscal onde o sucesso se vinha

a revelar mais difícil.

Entre as medidas aprovadas o destaque vai para a responsabilização criminal, financeira e patrimonial dos administradores e gerentes das empresas faltosas, em todos os casos em que se consideram reunidos os necessários pressupostos legais.

Por outro lado, lembra ainda o Ministério das Finanças, a DGCI está a chamar aos seus serviços os administradores e gerentes de empresas que não entregam o IRS que descontam aos seus trabalhadores e IVA que recebem dos clientes, a fim de os constituir arguidos em inquérito criminal por abuso de confiança fiscal.

Para além destas iniciativas acresce ainda a adopção de uma metodologia de cobrança de dívidas fiscais aos grandes devedores (pessoas colectivas e singulares cujas dívidas ultrapassam os 500 mil euros) e aos respectivos administradores e gerentes, no âmbito do Plano de Acompanhamento da Gestão Integrada de Devedores Estratégicos. R.S.A.

OE 2011

Prioridade à consolidação orçamental e reformas estruturais



“A política de consolidação orçamental deve ser acompanhada de reformas estruturais em várias áreas que restaurem a confiança dos mercados e promovam a competitividade e o crescimento da economia portuguesa”, afirmou o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos

Santos, no encerramento do debate do Orçamento do Estado (OE) para 2011, que foi aprovado em votação final global com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD, e os votos contra das restantes bancadas e de quatro deputados laranja da Madeira. J. C. CASTELO BRANCO

“O ACORDO PS/PSD foi respeitado, temos razões para estar confiantes para enfrentar os difíceis desafios que temos pela frente, pois estamos em condições de reduzir o défice para 4,6% no próximo ano”, disse, sublinhando que “a execução do Orçamento será exigente, com uma disciplina acrescida que envolva todos os responsáveis políticos”.

Na actual conjuntura, explicou Teixeira dos Santos, este OE visa “assegurar financiamento, não há alternativa, a nossa prioridade é desbloquear os canais de financiamento”.

Para o ministro das Finanças, “o financiamento é o combustível da economia portuguesa”. E isto porque, acrescentou, “sem combustível, sem esse financiamento, não vamos a parte nenhuma”.

A propósito lembrou “que o mundo tem os olhos em Portugal”. Por isso, disse, “importa mostrar que somos capazes de honrar os compromissos assumidos”.

Na sua intervenção, o ministro de Estado e das Finanças referiu-se ainda à controvérsia em torno da existência de um alegado regime de excepção para o sector empresarial do Estado em relação aos cortes globais de 5% nos salários mais elevados dos trabalhadores da Administração Pública.

“O Governo tem consciência dos sacrifícios exigidos a todos os trabalhadores do sector público. A todos, sem excepção, quer trabalhem na Administração, quer trabalhem nas empresas públicas”, afirmou.

Precisou, por isso, que “o ajustamento previsto no Orçamento do Estado para 2011 assenta em dois terços na

redução da despesa pública primária. Todas as principais rubricas da despesa são afectadas, desde os consumos intermédios, às prestações sociais, do investimento até às despesas com pessoal”.

Por outro lado, o governante defendeu a necessidade de políticas que promovam o aforro. “Vivemos tempos difíceis e exigentes, que são tempos para fazer das fragilidades oportunidades, nomeadamente através de políticas que promovam a poupança das famílias e empresas”.

Na presente conjuntura, reafirmou o titular da pasta das Finanças, não há alternativa política ao actual processo de consolidação orçamental, porque, frisou, “uma política expansionista agravaria as contas públicas”.

Candal defende concertação de esforços

Mas o encerramento do debate do Orçamento de Estado para 2011 ficou indelevelmente marcado pela última intervenção, em 15 anos de exercício como deputado, do ainda vice-presidente da bancada socialista. Na alocução proferida, Candal defendeu a necessidade de “uma concertação de esforços” e “mais sentido de responsabilidade” entre as forças políticas, que considerou “essencial” para que “Portugal possa superar as dificuldades em que se encontra mergulhado face à maior crise mundial dos últimos 80 anos”.

Para o deputado socialista, a “questão central” do OE tem a ver com o processo de consolidação orçamental, realçando, a propósito, o “esforço significativo” que o Estado tem feito ao nível da redução dos “gastos intermédios”,

que, frisou, são 20% inferiores aos registados em 2004.

Afonso Candal elogiou ainda “o debate aberto, na divergência” que houve durante a discussão na especialidade do Orçamento, frisando que “alguns partidos portugueses sempre conseguiram encontrar entendimentos” nos momentos mais difíceis.

“É preciso que o equilíbrio financeiro seja visto como um novo desígnio e que haja um pacto sobre o caminho dos próximos anos”, disse.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS fez ainda um rasgado elogio à “resistência e determinação do primeiro-ministro” perante os “momentos difíceis” que o país atravessa.

Entretanto, no final do plenário, o presidente da bancada socialista, Francisco Assis, afirmou ser “com tristeza política e pessoal que assistimos à partida, por decisão própria, do deputado Afonso Candal”, que, frisou, “prestigiou o Parlamento e enriqueceu muito a prestação parlamentar do partido”.

Assis salientou “a lealdade, a frontalidade, a profunda honestidade” que sempre caracterizou a “intervenção pública, quer no partido quer no Parlamento” de Candal, elogiando ainda a “extraordinária capacidade de trabalho e seriedade, uma grande convicção e um espírito independente, que o levou sempre a afirmar as suas convicções e as suas posições”.

Com a sua saída, acrescentou, “este Parlamento fica um pouco mais pobre e o Grupo Parlamentar fica claramente empobrecido”.

Sócrates quer discutir com parceiros sociais agenda para o crescimento

EXECUTAR o Orçamento de Estado (OE) para 2011, que “defende a nossa economia e o futuro, com medidas muito exigentes para colocar Portugal fora da crise”, e iniciar uma ronda de reuniões com as empresas exportadoras e os parceiros sociais com vista a uma agenda para o crescimento e emprego, foram os objectivos anunciados pelo primeiro-ministro, José Sócrates, aos jornalistas, após a votação final global do Orçamento, onde criticou os políticos que apenas pensam “nos interesses conjunturais, nos interesses da sua carreira política e nos interesses partidários”.

O primeiro-ministro sustentou que “não há espaço que não seja para medidas difíceis. E os políticos que

têm apenas no seu espírito os interesses do país devem perceber que estas medidas são absolutamente necessárias”.

Referindo que este Orçamento tem “medidas muito difíceis e exigentes para todos os portugueses”, Sócrates reiterou a ideia de que “é preciso fazer esse esforço, porque não há a mínima alternativa que não passe por um esforço colectivo”.

Para o chefe do Governo, “este é um tempo de virar de página, de confiança e estabilidade”, e de promover uma agenda de crescimento e emprego em diálogo com os parceiros sociais.

Sócrates defendeu que Portugal deverá fazer um

“esforço na reabilitação urbana”, tendo em vista “garantir que esta área terá desenvolvimentos”.

“Naturalmente, quero falar com os parceiros sociais, por forma a melhorarmos as condições do nosso mercado laboral para recuperarmos em termos de emprego. É uma agenda para o emprego e para o futuro que o Governo iniciará já na próxima semana”, disse.

Sócrates referiu ainda que a aprovação da proposta orçamental para o próximo ano é “uma boa notícia”, salientando que o país, “depois de uma longa e difícil batalha política, finalmente tem o Orçamento aprovado. Este é o momento para pensar no país e este Orçamento defende o país”. J. C. CASTELO BRANCO

Câmara de Beja e EDIA potenciam oportunidades geradas pelo Alqueva

CONCERTAR estratégias para valorizar infra-estruturas e responder a desafios e oportunidades de negócio gerados pelo empreendimento do Alqueva e que poderão gerar emprego e fixar população, são os objectivos centrais do protocolo de cooperação celebrado entre a Câmara de Beja e a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva.

“Não faz sentido, como aconteceu nos últimos anos, a Câmara de Beja estar de costas voltadas para uma empresa pública que está sediada na cidade e a fazer um dos maiores investimentos de sempre no Alentejo”, disse o presidente do município socialista, Jorge Pulido Valente.

Segundo o protocolo assinado no dia 12, as duas entidades vão cooperar em áreas como “a prestação de serviços, a valorização de infra-estruturas e o aproveitamento de oportunidades de negócio gerados por Alqueva”, que “poderão criar emprego e fixar população”.

Ao nível do aproveitamento de infra-estruturas, Jorge Pulido Valente, que antes de ter sido eleito presidente da edilidade foi administrador da EDIA, apontou o caso da barragem do Pisão, na freguesia rural de Beringel, no concelho de Beja, que “vai ser alvo de um projecto de valorização”.

Já o responsável máximo da EDIA, Henrique Troncho, realçou que o empreendimento de Alqueva “impulsiona várias oportunidades de negócio, que vão gerar emprego”, o que irá “implicar uma nova configuração das actividades económicas e a qualificação e fixação de pessoas no Alentejo”.

E acrescentou: “É necessário promover estratégias concertadas capazes de dar respostas aos novos desafios e oportunidades gerados” pelo empreendimento de Alqueva.

Através do protocolo, a Câmara de Beja irá “trabalhar propostas para valorizar a barragem”, como a “criação de um pólo ambiental, de natureza e biodiversidade e o seu consequente aproveitamento turístico”, enquanto a EDIA “vai fazer o plano de ordenamento da barragem”.

A Câmara de Beja e a EDIA comprometem-se também a promover acções concertadas de desenvolvimento sustentável, executar projectos conjuntos e aprofundar parcerias para apresentação de candidaturas conjuntas a projectos nacionais e internacionais.

A autarquia socialista compromete-se ainda, entre outras acções, a “facilitar informação de carácter social, económico e geográfico relevante para potenciais investidores” que contactem a empresa do Alqueva.

A EDIA fica responsável por “apoiar iniciativas de carácter técnico, pedagógico e cultural” a desenvolver pela Câmara de Beja e a disponibilizar conhecimento científico e técnico que possui. J. C. C. B.



Sócrates inaugura mega-investimento agrícola
Portugal no topo europeu das empresas mais inovadoras

“Boa notícia” foi como o primeiro-ministro, José Sócrates, classificou o relatório divulgado pelo Eurostat que coloca Portugal como o quarto país da União Europeia (UE) com mais empresas inovadoras, apenas atrás de Alemanha, Luxemburgo e Bélgica.

“SURPRESA? Surpresa para muitos sim”, disse José Sócrates, salientando que o Eurostat, que “não é nenhuma instituição portuguesa”, mas europeia, refere que “58% das empresas portuguesas têm actividades de inovação”.

Para o primeiro-ministro, “isso significa dinamismo, um contributo para mais valor” e que a economia portuguesa “tem capacidades para responder àquilo que são as exigências do nosso tempo”.

O primeiro-ministro falava no dia 10, em Ferreira do Alentejo, na cerimónia de inauguração do primeiro lagar em Portugal do grupo Sovena, o segundo maior operador de azeite do mundo.

“Estou a dar-vos a notícia com a ideia que tenho que se não for eu a dá-la não sei se mais alguém a dará”, sublinhou, considerando tratar-se de “uma boa notícia”, que “espelha também aquilo que aconteceu ao longo destes últimos anos às empresas portuguesas”.

Os dados referem-se ao sexto inquérito da Comunidade à Inovação realizado entre 2006 e 2008 pelo Eurostat, onde é referido que 51,6% das empresas dos

27 países da União Europeia declararam inovação nas suas práticas de trabalho. No período em análise, Portugal teve 57,8% de empresas a declararem inovação, valor que é apenas superado pela Alemanha (79,9%), Luxemburgo (64,7%) e Bélgica (58,1%).

O Lagar do Marmelo, inaugurado por José Sócrates, é um dos maiores projectos de investimento privado do sector agrícola realizado em Portugal nos últimos 20 anos.

Trata-se de um investimento total de nove milhões de euros, inserido num projecto da empresa Elaia, detida pelo grupo Sovena, que já envolveu quase 200 milhões de euros e deverá criar cerca de 500 postos de trabalho nos três pólos agrícolas da empresa, situado no Alentejo. Com a entrada em produção dos novos

olivais, Portugal passa a ser auto-suficiente em azeite, ultrapassando as 100 mil toneladas por ano.

Este empreendimento “dá um contributo para a inovação” e num sector como a agricultura, que “bem precisa dele”, considerou José Sócrates, frisando que o projecto “aproveitou dois elementos essenciais: a inovação tecnológica do sector do azeite nos últimos anos e a oportunidade do Alqueva, que é um dos projectos estruturais mais benéficos para a economia portuguesa, em vários domínios”. J. C. C. B.

100 mil
É o número de toneladas de azeite que Portugal irá produzir por ano

Grupo de deputados do PS propõem aumento temporário de IRC da banca

Um grupo de deputados socialistas, composto por Marcos Sá, Miguel Laranjeiro, Jorge Seguro, Pita Ameixa, Duarte Cordeiro e Pedro Farmhouse, propôs que os bancos possam contribuir com um esforço acrescido “num momento em que Portugal se depara com a necessidade de reequilibrar as suas contas públicas”, sugerindo neste sentido que autopropõem um aumento da taxa efectiva de IRC no sector bancário, ajudando este modo no que classificam ser uma “colaboração no esforço colectivo de redução do défice”.

RECORDANDO que esta medida poderá ser encarada de forma temporária, os eleitos socialistas referem que seria uma espécie de “agradecimento activo pelo apoio dado pelo Governo à banca nos últimos anos”.

Neste sentido, pediram ao ministro das Finanças que esclareça qual seria a estimativa de receita para o Estado, em 2011, caso as instituições financeiras tivessem uma taxa de IRC equiparada à das restantes empresas.

Este pedido de esclarecimento surge na sequência de perguntas entretanto dirigidas ao titular da pasta das Finanças, onde os deputados socialistas questionavam sobre casos de gestores públicos com vencimentos significativamente superiores ao auferido pelo Presidente da República, ou um outro onde alertavam Teixeira dos Santos para a necessidade de se conhecer



o volume das dívidas incobráveis no Banco Português de Negócios (BPN).

O mesmo grupo parlamentar solicitou ainda dados sobre quanto pagou a banca em IRC em 1994, em 2004 e em 2009, qual a receita prevista para 2011, mencionando a necessidade de se aferir com objectividade o histórico do contributo fiscal do sector.

Pedidos de esclarecimento que os deputados socialistas justificam pelo facto das instituições financeiras terem já beneficiado, quando se defrontaram com grandes dificuldades de financiamento externo, em 2008 e 2009, das ajudas do Estado que avançou com a concessão de garantias para o esforço da estabilidade financeira do mercado português, assumindo a responsabilidade até 20 mil milhões de euros, permitindo assim que a banca mantivesse o necessário equilíbrio à sua própria sobrevivência.

Lembram, a propósito, que foi a ajuda do Estado que permitiu consolidar o sector, “tornando-o mais robusto e estável”.

Nesse sentido, e “tendo em conta o esforço nacional feito para assegurar uma necessária e cabal consolidação do sistema financeiro”, importa agora, “num momento de crise”, que as instituições financeiras possam contribuir, “de forma excepcional”, para que o país ultrapasse a crise e a economia nacional “tenha o impulso que todos desejamos”. R.S.A.

Deputados socialistas realçam importância económica da floresta

A NECESSIDADE de preservação e desenvolvimento da floresta, que “produz três mil milhões de euros de riqueza por ano, equivalente a 2,13% do Produto Interno Bruto”, foi defendida pelos deputados do PS eleitos pelo círculo do Porto, que ofereceram, no dia 22, nove pinheiros mansos ao Instituto de S. José, uma instituição particular de solidariedade social de Vila do Conde.

A iniciativa, que teve lugar na véspera do Dia Ibérico da Floresta Autóctone, pretendeu, segundo o deputado Lúcio Ferreira, “lembrar a importância da preservação e desenvolvimento da floresta autóctone, tão ameaçada com a disseminação de árvores de outras latitudes, o abandono da floresta e a cíclica praga dos incêndios”.

É que, frisou o parlamentar do PS, Portugal é “líder europeu no fabrico de produtos florestais, nomeadamente a pasta do papel e aglomerados e madeiras e é urgente começar a repor esta riqueza”, uma vez que a área ardida no último Verão “ultrapassou os 100 mil hectares”.

Referindo que esta oferta representa “um pequeno gesto”, salientou, no entanto, o seu carácter pedagógico, já que, explicou, visa “incutir nos mais pequenos um sentido de responsabilidade no que diz respeito à preservação do meio ambiente”.

Esta iniciativa surge na sequência de uma promessa feita pelo PS à instituição para a arborização do espaço exterior, aquando a inauguração de um novo edifício, construído ao abrigo do programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. O investimento, que rondou os 365 mil euros, permitiu, neste ano lectivo, criar mais 33 lugares para crianças da creche.

Lúcio Ferreira enalteceu “o mérito” do Programa PARES que foi lançando em Portugal com um orçamento de 200 milhões de euros, sendo que o distrito do Porto arrecadou a maior fatia com um total de 76 projetos aprovados. J. C. C. B.

PS/Coimbra abre debate sobre PROT da Região Centro

POR INICIATIVA do líder do PS/Coimbra, Mário Ruivo, que contou com a colaboração de António Rochette, professor universitário na área da geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Alfredo Marques, economista e presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDR), realizou-se no passado dia 22 de Novembro naquela cidade um jantar/debate onde esteve em discussão o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C), documento que se encontra presentemente em consulta pública.

Para esta reunião foram convidados os deputados do PS eleitos para a Assembleia da República, os presidentes de câmaras municipais socialistas do distrito, vereadores, presidentes de concelhias e dirigentes políticos locais.

No encontro, Mário Ruivo deu nota de que tinha convidado António Rochette para coordenar a elaboração de um documento, o qual “virá a ser a opinião final da Federação do PS/Coimbra”, sobre o PROT-C.

Por sua vez, António Rochette começou a sua intervenção por manifestar a sua discordância relativamente a alguns pontos do documento em consulta pública, designadamente a sua “aplicabilidade aos diferentes territórios concelhios do distrito”, para mais adiante defender a construção de pontes que devem ser estabelecidas entre territórios “que apresentam dinâmicas muito diferentes” em torno das perspectivas de desenvolvimento sustentado – Nut’s III Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte, debate que em sua opinião “até ao momento não foi conseguido”.

Lamentou depois a excessiva preocupação que houve por parte do Executivo camarário em aprovar o PROT-C, não deixando contudo de evidenciar e enaltecer o parecer negativo dado pelos vereadores socialistas do município de Coimbra, Álvaro Maia Seco e Carlos Cidade, sendo este autarca também presidente da Concelhia do PS/Coimbra.

Seguidamente considerou a importância de se estruturar um modelo territorial que afirme a autonomia da Região Centro face às áreas urbanas de Lisboa e do Porto.

Para António Rochette, Coimbra, enquanto pólo regional, e a sua região têm vindo a perder influência, sobretudo ao longo da última década “muito por culpa própria”, uma vez que o presidente da edilidade eleito pelo PSD “não tem exercido qualquer magistratura de influência em sentido contrário”, e isto “quer em termos regionais ou nacionais”, pautando o acompanhamento do PROT-C “pela ausência e uma total falta de solidariedade com os territórios vizinhos”.

O presidente da CCDR-Centro, Alfredo Marques, referiu que a sua participação neste encontro se destinou mais a “ouvir do que a falar”, não deixando contudo de analisar as várias metodologias e princípios que envolveram a concepção do PROT, reconhecendo “a impossibilidade de auscultar os 78 municípios abrangidos por este importante documento estratégico”. R.S.A.



I Convenção Autárquica
do PS/Paredes

“Socialistas acusam PSD de incompetência na gestão autárquica”

As promessas feitas pelo PSD ao longo dos últimos 17 anos são para os eleitos socialistas de Paredes “inqualificáveis”, classificando-as de “sem nexos ou sentido”, e reveladoras de “insensatez e da ausência de ideias” para apoiar a economia local e ajudar a população. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

A FREGUESIA de Rebordosa foi o palco escolhido pelo PS/Paredes para organizar a sua primeira Convenção Autárquica, reunião que contou com a presença do secretário nacional e ministro da Economia, Vieira da Silva. O evento serviu para o partido fazer o balanço do primeiro ano de actividade política no concelho após as últimas eleições autárquicas e para desenvolver um conjunto de reflexões sobre temas de interesse para todos os paredenses.

Vereadores, deputados municipais, presidentes de juntas de freguesia, membros da Assembleia de Freguesia e dirigentes da Juventude Socialista debateram vários temas, com destaque para as marcas que uma governação socialista colocaria na gestão do poder local e, também, a divulgação de projectos e anseios das freguesias e novas políticas autárquicas para enfrentar o actual momento.

Além de Vieira da Silva, na reunião participaram



também, entre outros, o líder da Federação do PS/Porto, Renato Sampaio, e dos vereadores Alexandre Almeida e Artur Penedos.

Depois de Alexandre Almeida alertar para a necessidade de se reflectir sobre os problemas do concelho, criticando energicamente o que classificou de “megalomanias” do presidente da edilidade eleito pelo PSD, Celso Ferreira, que considerou “uma espécie de hindu que, em vez de encantar as serpentes, consegue encantar os paredenses com promessas ilusórias”, foi a vez do seu colega de vereação Artur Penedos analisar a política autárquica do PSD que, em sua opinião, “prometem muito, fazem muito pouco e são capazes de arruinar o património financeiro da Câmara em muito pouco tempo”.

Penedos garantiu que quatro anos foram suficientes para que o endividamento da Câmara tivesse chegado aos 50 milhões de euros, acrescentando que “mais um ano ou dois e o endividamento chegará aos 100 milhões”.

Evocou depois as obras prometidas pelo autarca do PSD “e não cumpridas”, o que, na sua perspectiva, “ajudam a desmascarar a intrujice com que o PSD local

envolve e adormece o povo de Paredes”.

Pelo seu lado, o secretário nacional Vieira da Silva saudou o encontro dos socialistas de Paredes, começando por referir-se à importância das próximas eleições autárquicas, que terão lugar em 2013, das quais sairão “alterações significativas” no mapa da liderança das autarquias locais.

Neste sentido, defendeu ser este momento “para se começar desde já a preparar a vitória em 2013”, realçando que o PS tem de “reassumir uma forte dinâmica política nacional e de ligação ao Governo”.

Enumerou depois os obstáculos políticos e financeiros que o país atravessa, lembrando as dificuldades sérias com que Portugal se confronta para obter os financiamentos necessários para o funcionamento da sua economia.

Vieira da Silva destacou, por fim, a necessidade do PS abrir o debate interno à crítica, bem como a capacidade de “nos afirmarmos como um partido cada vez mais capaz de colocar os interesses do país à frente dos seus próprios interesses”.

Concelhia de Castelo Branco juntou 300 pessoas num magusto

CERCA de três centenas de militantes e simpatizantes do PS marcaram presença, no dia 13, num magusto organizado pela Concelhia socialista de Castelo Branco, que decorreu no Largo de S. João. Ao longo de várias horas, em animado e fraterno convívio, para além das conversas sobre a situação política e outros temas de interesse da vida da cidade e do concelho, houve também lugar para a castanha assada e a jeropiga.

Presentes, entre outros, os deputados da Assembleia da República Hortense Martins e Jorge Seguro, o presidente da Câmara, Joaquim Morão, e vários vereadores e deputados municipais, e membros do Executivo



da Junta e da Assembleia de Freguesia.

Esta iniciativa cultural e política demonstrou o grau de mobilização dos socialistas de Castelo Branco, que estão unidos para enfrentar com empenho e determinação os desafios locais e nacionais que se colocam nesta difícil conjuntura política.

Socialistas de Fafe apelam ao voto em Alegre

O tradicional magusto do Partido Socialista de Fafe reuniu militantes e simpatizantes de todo o concelho.

Os muitos participantes deste evento de carácter

iminentemente social e recreativo que se reuniram na escola EB 2,3 tiveram oportunidade para confraternizarem num ambiente de alegria e militância, festejando o São Martinho, ao mesmo tempo que trocaram impressões sobre o actual momento da vida política nacional e no concelho.

O líder do PS/Fafe, Antero Barbosa, começou por agradecer a presença de todos os que “possibilitaram a realização deste convívio da família socialista”, salientando tratar-se de mais um “claro sinal de união e força do PS” num momento de muitas “dificuldades socioeconómicas para a população portuguesa”.

Também o presidente da Câmara Municipal de Fafe, José Ribeiro, salientou o período difícil que o país atravessa, não deixando contudo de realçar que o PS é o “garante da defesa do Estado Social”, recordando a este propósito que têm sido sobretudo os governos liderados pelos socialistas a mostrarem “empenhamento na sua eficiência e sustentabilidade”.

O dirigente socialista incitou depois todos os presentes a apoiarem a candidatura presidencial de Manuel Alegre, dizendo tratar-se dum “portador da ética republicana que conhece a Cultura e a História portuguesa”, recordando o seu combate por uma sociedade mais justa e solidária, na defesa da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde. **J. C. C. B. /R.S.A.**



Militantes compreendem difíceis medidas do OE 2011

Prosseguiram ao longo do mês os plenários federativos, com a presença de dirigentes socialistas, onde ficou patente a compreensão dos militantes relativamente às medidas de consolidação das contas públicas contidas no Orçamento de Estado para 2011 e a certeza de que o PS é a força política capaz de assegurar a estabilidade política e financeira para vencer a maior crise mundial desde 1929. J. C. CASTELO BRANCO

Coimbra

Exortando os camaradas a regressarem activamente ao “combate político” no plenário de militantes da Federação de Coimbra, realizado no dia 5, Francisco Assis, líder parlamentar do PS, afirmou que nem sempre os discursos do partido e do Governo “terão sido os mais adequados”, mas disse acreditar que o nosso partido poderá voltar a ganhar as eleições legislativas “se fizer aquilo que deve”, nomeadamente na execução do Orçamento de Estado (OE) para 2011, ao qual

dedicou grande parte da sua intervenção.

Assis explicou todas as etapas que levaram à aprovação do OE 2011 na generalidade, que não foi fácil, uma vez que, frisou, enquanto o PSD aproveita a crise económica para “tentar desmantelar o Estado Social”, o PS continua a defender a escola pública, o sistema público de Segurança Social e a “reformulação do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente tendo em função o envelhecimento da população”.

Sobre futuros acordos de incidência parlamentar,

Autarcas socialistas defendem

É preciso inverter a degradação do centro histórico e baixa de Setúbal

A GESTÃO da maioria CDU na Câmara de Setúbal é responsável, entre outras malfetorias e desleixos vários, pela degradação progressiva do centro histórico e da baixa comercial da cidade e incapacidade de execução de projectos co-financiados por fundos comunitários, denunciaram os vereadores do PS na edilidade.

Numa conferência de Imprensa destinada a fazer o balanço do primeiro ano de mandato, os três vereadores eleitos do PS, Fátima Lopes, José Barão e Fernando José, defenderam que é necessário um programa de regeneração urbana do centro histórico, liderado pela autarquia, bem como o reforço da segurança, nomeadamente através da videovigilância.

Por outro lado, consideram fundamental inverter a degradação progressiva dos estabelecimentos comerciais da baixa sadina.

“Há centenas de pessoas que trabalham no centro histórico e a qualificação do comércio é algo que é necessário”, disse Fátima Lopes, acrescentando que o centro histórico é um espaço onde trabalham muitas centenas de pessoas.

Segundo a autarca socialista, há um plano de intervenção previsto para aquela zona da cidade, que inclui a criação de um Gabinete do Centro Histórico, mas

que tarda em ser concretizado.

Os vereadores socialistas criticam também incapacidade do Executivo de maioria comunista na execução de projetos co-financiados por Bruxelas, não obstante atribuírem “nota positiva” à parceria com o Governo no que diz respeito à construção e requalificação de equipamentos educativos.

“Há centenas de pessoas que trabalham no centro histórico e a qualificação do comércio é algo que é necessário”

Os autarcas do PS teceram ainda críticas à demora na realização das obras de requalificação do Fórum Luísa Todi e o regresso da Feira de Santiago ao centro da cidade, acusando a CDU de se conformar com a perda de capacidade e de influência do concelho a nível regional e nacional. J. C. C. B.

“Essa incapacidade pode vir a ter implicações e capacidade de execução da Câmara Municipal – concretamente na regeneração urbana da Bela Vista, e no Plano de Intervenção e Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal, além do emblemático caso do Fórum Municipal Luísa Todi”, referem.

Francisco Assis sustentou que, apesar das dificuldades, o PSD é “provavelmente, o parceiro mais fácil” para dialogar, não sendo possível fazê-lo com qualquer outra força partidária.

Leiria

A reunião de militantes da Federação de Leiria, no dia 13, teve como principal orador o camarada Jorge Lacão, para quem a crise mundial condicionou a economia portuguesa e inverteu o curso de consolidação orçamental que o Governo tinha vindo a efectuar com sucesso.

Na sua intervenção, o dirigente do PS expôs as principais condicionantes do OE 2011, não deixando, contudo, de deixar uma palavra de esperança quanto ao futuro do país, logo que se fortaleçam as contas públicas e a economia portuguesa.

Jorge Lacão destacou ainda o papel de primeira linha que o PS irá assumir na defesa, apesar das dificuldades, do Estado Social e contar as tentativas anunciadas pela direita de o desmantelar.

O debate que se seguiu, franco e aberto, demonstrou compreensão dos militantes socialistas perante as dificuldades que o país enfrenta.

Portalegre

O dirigente nacional do PS Jorge Lacão participou também no plenário de militantes da Federação de Portalegre, no dia 12, numa intervenção centrada na análise da actual situação política, social e económica do país, tendo também como pano de fundo o OE para 2011, que disse ser um instrumento fundamental para Portugal fazer face aos problemas do défice público e da dívida soberana.

Após a sua intervenção do também ministro dos Assuntos Parlamentares, em que procurou explicar algumas das medidas mais difíceis do ponto de vista social e económico previstas no Orçamento, sucederam-se numerosas intervenções de militantes que, na sua maioria, manifestaram preocupação pela grave situação social com que se defronta o distrito de Portalegre, mas também esperança que o Governo encontre as melhores soluções para responder aos difíceis desafios do país e do norte alentejano.

IV Fórum Pombal e o Futuro Socialistas denunciam falta de saneamento básico

“**NÃO** é aceitável que em pleno século XXI a freguesia do Carriço não possua um único metro de saneamento básico”, afirmou o presidente da Concelhia do Pombal, Adelino Mendes, no IV Fórum Pombal e o Futuro, realizado no dia 6, naquela freguesia da zona Oeste do concelho, que contou com a presença do deputado Jorge Gonçalves.

Segundo o camarada Adelino Mendes, Pombal “poderá estar a ficar prejudicado” por não ter seguido a recomendação para aderir a um sistema intermunicipal de gestão de saneamento básico. “Pombal é o único concelho do distrito que não integra qualquer sistema intermunicipal”, disse.

Por seu turno, o deputado Jorge Gonçalves, eleito pelo círculo eleitoral de Leiria, alertou para o facto de aquela situação ser incompatível com a estratégia de desenvolvimento associada ao turismo.

No fórum foi unânime a ideia de que o processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM) deve ter como principal linha orientadora corrigir erros e injustiças de vária ordem. O que passa, segundo os socialistas, desde logo a instalação de uma área empresarial, fundamental para o desenvolvimento da economia local e para a criação de emprego, e a criação de passeios nos principais aglomerados urbanos da freguesia.

Alegre promete travar ofensiva neoliberal contra serviços públicos

O CANDIDATO apoiado pelo PS à Presidência da República, Manuel Alegre, encerrou o Congresso com uma intervenção, onde começou por afirmar o seu contentamento por “estar com os meus”, porque, lembrou, “sempre me bati pela dignificação da tendência sindical socialista e sempre sustentei que não se pode governar à esquerda contra os sindicatos”.

Alegre lembrou a origem da maior crise mundial desde há 80 anos, “com os Estados a endividarem-se para salvar o sector financeiro”, para depois “o capitalismo financeiro e a direita conservadora se aproveitarem para porem em causa direitos pelos quais lutaram gerações”.

Por isso, frisou, “o papel dos sindicatos em Portugal e na Europa é mais importante que nunca, porque é preciso fazer frente a esta ofensiva contra os serviços públicos e sociais”.

Segundo o candidato socialista a Belém, a linha seguida pela União Europeia, imposta pelos países mais fortes, para combater a actual crise, “foi de austeridade, o que potencia a recessão, com os mercados financeiros a especularem”. Ou seja, explicou, “estão-nos a impor as mesmas regras que estiveram na origem da crise”. Ao contrário, defendeu, “o que a Europa precisa é de políticas de crescimento sustentado, geradoras de riqueza e emprego”.

Para Portugal, Alegre sustentou que “temos de mudar o nosso modelo de desenvolvimento”, o que passa, na sua opinião, “pelo aproveitamento dos nossos recursos endógenos, aumento da competitividade, através da incorporação da inovação tecnológica e social, e não desregulando o mercado de trabalho”.

O candidato à Presidência da República esclareceu mais uma vez a sua “posição clara” sobre a greve geral, “considerando-a como um alerta à sociedade, que abra caminho a novas soluções económicas e sociais”, não deixando de estranhar que “alguns jornalistas” apenas o tivessem questionado sobre esta questão, não formulando a mesma pergunta aos outros candidatos a Belém.

Na sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos entusiásticos dos congressistas, Alegre manifestou ainda a sua “profunda preocupação” sobre a precariedade laboral, que atinge em especial a juventude. “O futuro não pode ser congelado, em especial o da juventude, confrontada com a precariedade laboral e falta de confiança no futuro. Foi roubado o futuro à juventude e é preciso restituí-lo”, disse.

Manuel Alegre reiterou que consigo em Belém “nenhum Governo poderá pôr em causa o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, os direitos dos trabalhadores”, porque, frisou, “usarei de todos os meus poderes para defender os valores consagrados na Constituição da República”.

E alertou que o que está em causa com as eleições de 23 de Janeiro “é saber que tipo de democracia vamos ter”, considerando ser necessário inverter “o desequilíbrio a favor do capital financeiro, em desfavor dos mais fracos”. J. C. C. B.



IX Congresso da CSS/CGTP-IN

Em defesa do Estado Social e direitos laborais

“Todos juntos vamos contribuir nos locais de trabalho para a vitória de Manuel Alegre”, afirmou o reeleito secretário-geral da Corrente Sindical Socialista (CSS) da CGTP-IN, Carlos Trindade, no encerramento do IX Congresso desta organização, onde foi aprovado, por unanimidade, o apoio ao histórico militante do PS nas presidenciais de Janeiro. Nesta reunião magna realizada nos dias 6 e 7, em Lisboa, marcada por um amplo debate, foi ainda aprovado um documento-base de acção onde se reitera a defesa de um sindicalismo autónomo, reivindicativo, democrático, que privilegia a negociação e a intervenção, e a luta por políticas nacionais e europeias que promovam o emprego e a coesão social. J. C. CASTELO BRANCO

NA INTERVENÇÃO que efectuou no final do Congresso, que decorreu sob o lema “Que respostas para a crise? Com autonomia sindical, propor, negociar, intervir e lutar”, o reeleito secretário-geral da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, camarada Carlos Trindade, realçou que na reunião magna foi deliberado continuar a apoiar politicamente o Governo do PS, sem, contudo, perder o necessário sentido crítico, reivindicando e apoiando medidas solidárias e exequíveis que fomentem o desenvolvimento, a criação de emprego, o trabalho com direitos, o bem-estar e a coesão social.

E fez questão de sublinhar que “temos tanta autonomia que não temos medo de afirmar que nos vamos empenhar na greve geral. E isto só é possível no PS”.

Mas, acrescentou, “desengane-se a direita conservadora e reaccionária se pensa que se vai montar em cima do nosso descontentamento, porque todos nós sabemos que o PSD, como revela o seu projecto de revisão constitucional, pretende desmantelar o Estado Social e liberalizar os despedimentos”.

O dirigente sindical manifestou a sua indignação pelo facto de “os trabalhadores serem chamados a pagar uma crise de que não são responsáveis, ao mesmo tempo que os bancos e as grandes empresas voltaram a ter lucros escandalosos”.

Neste quadro, defendeu que a acção e luta dos sindicalistas socialistas “é necessária e a greve geral oportuna, designadamente para podermos ter mais força para negociar com o Governo e os patrões melhores condições de vida e mais justiça social”.

Autonomia e democracia interna

E isto demonstra, continuou, que ao contrário do que pretende fazer crer a “cegueira dos partidos à nossa esquerda, que não somos todos iguais”.

No âmbito da preparação do próximo Congresso da CGTP, Carlos Trindade referiu que no documento-base de acção aprovado pela Corrente se defende que os sindicalistas socialistas participarão activamente para se “proceder ao aprofundamento das questões referentes à unidade e democracia interna e da autonomia” da confederação, bem como para “um maior equilíbrio entre as várias correntes que integram a central”.

Carlos Trindade sublinhou ainda que o Congresso aprovou, por unanimidade, o apoio à candidatura de Manuel Alegre na corrida a Belém. “Todos juntos vamos contri-

buir nos locais de trabalho para a vitória de Alegre”, disse.

O dirigente da Corrente realçou ainda o debate “enriquecedor” e a “unidade” desta reunião magna, em que todos os documentos foram aprovados por unanimidade.

Por sua vez, o secretário-geral da Tendência Sindical Socialista, João Proença, considerou que “é possível fazer face à crise de modo diferente”, apostando em políticas de crescimento e emprego e de combate à pobreza e exclusão, ao contrário da ortodoxia imposta pela União Europeia, em particular a Alemanha, de se ter como prioridade máxima o controlo do défice.

Apesar de considerar ser necessário combater o défice, João Proença defende que a “a questão central é a criação de emprego”, que considerou “o principal problema da sociedade portuguesa”.

O também líder da UGT lamentou a “incapacidade da UE, que está a assistir impávida a um ataque especulativo financeiro” às economias dos Estados da União mais frágeis. “É um drama”, disse, lembrando que até o próprio FMI tem como lema que se deve apostar, na actual conjuntura, “no emprego, emprego, emprego”.

Por outro lado, reiterou que a greve geral marcada pelas duas centrais sindicais “é contra as políticas, não é contra nenhum Governo”, sustentando que “os sacrifícios não podem penalizar só os trabalhadores e os pensionistas de menores recursos”.

João Proença realçou ainda que as eleições presidenciais “podem significar muito para o futuro do país”, manifestando o seu apoio incondicional ao camarada Manuel Alegre, “um lutador de antes e depois do 25 de Abril”, que defende “um Portugal mais justo e solidário, de progresso”.

No encerramento do Congresso usou ainda da palavra Viriato Jordão, da corrente autónoma, que defendeu a “importância do projecto unitário da CGTP, porque é necessário que todos os trabalhadores reconheçam o aumento da independência da central”.

Aproveitando o facto de se assinalarem os 40 anos da CGTP, o Congresso prestou ainda homenagem aos sindicalistas socialistas Carlos Abreu, Kalidás Barreto e António Santos Júnior, fundadores desta central em 1970, durante a ditadura do Estado Novo. “Estes camaradas são a prova que os socialistas estiveram desde a primeira hora na CGTP e são parte integrante da sua história”, disse Carlos Trindade, que entregou medalhas aos camaradas homenageados.

PS/Santarém denuncia Câmara usada por Moita Flores como trampolim



AS RECENTES declarações do presidente da Câmara de Santarém a vários órgãos de Comunicação Social, onde Moita Flores “exibe uma entusiasmo e ansiosa disponibilidade” para ser candidato aos municípios de Oeiras e Cascais, é reveladora, segundo a Concelhia socialista escalabitana, de “uma ansiedade que decorre de um medo que outros lhe ocupem o lugar de putativo candidato” e de usar a câmara como trampolim para outros voos.

Num comunicado onde se “deplora” esta postura do autarca laranja, o PS/Santarém refere que num primeiro momento considerou como “pouco relevante” o anúncio da saída de Santarém de Moita Flores em 2013, dado que tal se “poderia dever a uma opção de índole pessoal relativamente a uma saída da vida política”.

Contudo, consideram os socialistas

de Santarém, “este anúncio de extemporâneas candidaturas a dois concelhos da Área Metropolitana da Lisboa manifesta, não apenas uma indisfarçável ambição de protagonismo pessoal, mas também, e sobretudo, uma tácita declaração de desinteresse, quer face ao cargo que ocupa, quer face à população do concelho de Santarém”.

Neste quadro, a Concelhia do PS salienta que “é claro agora para todos que o dr. Moita Flores tal cometa fugaz apenas se tenha servido de Santarém como trampolim para outros voos”, lamentando que “só é pena que, entretanto, com esta passagem meteórica e devastadora, o PSD deixe Santarém de rastos com a gestão horrível que têm vindo a protagonizar”.

Ao invés, “o PS estará sempre em Santarém para servir a cidade, os escalabitanos e o concelho de Santarém”. J. C. C. B.

PS Quarteira congratula-se com a abertura da Lota

O SECRETARIADO da Concelhia do PS/Quarteira congratulou-se com a abertura, no dia 2, da Lota de Quarteira, referindo que desde Abril, logo após a primeira de várias reuniões com a Quarpesca, esta estrutura socialista manifestou publicamente a necessidade urgente da resolução das situações pendentes no Porto de Pesca de Quarteira, nomeadamente a abertura da Lota e a ocupação dos armazéns para os armadores, já construídos, assim como a necessidade de colocação urgente de instalações sa-

nitárias no porto de pesca

O PS/Quarteira, liderado pelo camara da Carlos Carmo, promete que “continuará a acompanhar, muito de perto, toda a situação com as questões relativas ao Porto de Pesca de Quarteira, um dos mais importantes portos do Algarve, efectuando todas as diligências necessárias” junto das instituições que tutelam esta infraestrutura, bem como junto do poder político na Assembleia da República para que “todas as situações pendentes sejam, finalmente, resolvidas”. J. C. C. B.



Homens Contra a Violência

CATARINA MARCELINO /// Deputada do PS

A 25 de Novembro de 2006, as Mulheres Socialistas de Setúbal desafiaram 100 homens do distrito a subscrever um manifesto em que, afirmando a sua masculinidade, tomavam posição radical contra a violência de género.

Hoje, quatro anos volvidos, este movimento até agora tímido, mas que tem realizado anualmente um conjunto de iniciativas por altura da data invocativa de erradicação da violência contra as mulheres, com apoio de ONG's que trabalham nesta área de intervenção como a UMAR e a SEEIS, iniciou o processo de se constituir como associação.

Existem no mundo alguns movimentos congéneres, em Espanha, no Brasil e em Cabo Verde. É um importante sinal da pós-modernidade os homens terem uma voz activa e interventiva sobre este fenómeno que mais não é que a expressão máxima das diferenças de poder nas relações privadas, onde os papéis sociais de dominador e de dominada, são levados a extremos inconcebíveis, que levam muitas vezes à morte. Segundo dados da UMAR, morreram este ano em Portugal, às mãos de namorados, companheiros e maridos, 39 mulheres, mais 10 que em 2009 e houve tentativa de homicídio de outras 38.

Apesar destes números, a situação mudou em Portugal nos últimos 10

anos: Mais e melhor legislação, forças de segurança mais bem preparadas, uma sociedade menos tolerante, prevenção nas escolas, programas para agressores.

O Partido Socialista tem tido um papel determinante no combate a este flagelo, através da implementação de medidas, de palmos, e na autoria de legislação que faz toda a diferença: autonomização do crime no Código Penal, Lei nº112/2009, conhecida como a lei da violência, formação específica às forças de segurança, trabalho próximo com os

Portugal tem acompanhado as recomendações das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia, este trabalho tem dado resultados que se podem constatar no aumento do número de queixas que se vem verificando de ano para ano, que se traduz numa maior confiança das mulheres no sistema

magistrados, introdução da pulseira electrónica para agressores, campanhas de prevenção como a da violência no namoro, trabalho com crianças e jovens, 36 casas-abrigo e serviços de atendimento em todo o país.

Portugal tem acompanhado as recomendações das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia, este trabalho tem dado resultados que se podem constatar no aumento do número de queixas que se vem verificando de ano para ano, que se traduz numa maior confiança das mulheres no sistema. Esta é uma boa notícia.

Mas não podemos ficar indiferentes à violência no namoro, que já indicia por si uma possível perpetuação da violência no futuro, não podemos ficar indiferentes às mulheres e crianças que têm que fugir e abandonar as suas vidas, enquanto os agressores continuam impunes, não podemos ficar indiferentes com as mortes de mulheres às mãos dos agressores que não tendem a aumentar.

A Associação dos Homens Contra a Violência criada em Setúbal, com forte insentivo das Mulheres Socialistas do distrito, é mais uma dimensão para combatermos este flagelo, através de um grupo de cidadãos que não querem ser identificados com homens que batem nas mulheres e que querem dar o seu contributo à sociedade, dizendo basta, chega, não queremos violência, queremos uma sociedade onde homens e mulheres vivem as suas masculinidades e feminilidades com tolerância e igualdade.

Este deve ser uma das dimensões do trabalho do Departamento das Mulheres Socialistas, aproximar o Partido à comunidade, para que a comunidade se reveja no PS e que estas sinergias permitam uma dinâmica social forte e inovadora, neste caso concreto, contra a violência de género que deve ter tolerância zero.

Convenção Autárquica do PS/Cartaxo Continuar a aposta no desenvolvimento

O PS/Cartaxo realizou no passado dia 20 de Novembro, no auditório municipal, uma Convenção Autárquica, que serviu para debater temas como a agricultura e os desafios do poder local para 2011, e que reuniu mais de 100 autarcas, militantes e independentes apoiantes do partido.

NO PRIMEIRO painel temático dedicado ao tema “Agricultura: Motor de Desenvolvimento Rural”, Miguel Galante, perito na área, destacou o conjunto de projectos e programas levados a cabo para promover o sector, referindo, nomeadamente, as áreas ligadas aos produtos agrícolas nacionais e ao importante sector do vinho.

O secretário-geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, José Arruda, apresentou depois os principais eixos de trabalho da associação, referindo-se particularmente ao conjunto de iniciativas ligadas à produção vitivinícola, mas também as vertentes relacionadas com o turismo, urbanismo, património arquitectónico e paisagístico e ao património histórico-social.

No segundo painel foram abordados os “Desafios Autárquicos para 2011”, tema desenvolvido por Paulo Caldas e Paulo Varanda, respectivamente, presidente e

vice-presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, onde foram apresentadas as linhas orientadoras para os próximos anos, e sublinhada a necessidade de se continuar a apostar nas novas zonas empresariais, no desenvolvimento de infra-estruturas básicas em todas as freguesias, mas também na consolidação das finanças municipais, no reforço dos programas socioculturais e na requalificação urbana.

Maria Manuel Simão, presidente da Assembleia Municipal, fez depois o balanço das actividades desenvolvidas em 2010, tendo defendido que o aprofundamento da democracia passa por mais cidadania, maior proximidade e abertura dos diferentes órgãos à participação dos cidadãos, do universo educativo e das muitas associações “que temos no seio da nossa comunidade”.

Destaque ainda para as intervenções de Vasco Casi-

miro, coordenador do JS/Cartaxo, que fez o balanço das inúmeras actividades levadas a cabo por aquela estrutura no concelho.

No decorrer deste encontro foram homenageados Augusto Parreira e Fernando Dias, pelos seus 25 anos de militância.

A convenção foi encerrada pelo presidente do PS/Cartaxo, Pedro Magalhães Ribeiro, que depois de se congratular com a “elevada participação e com as excelentes intervenções”, lembrou que o contexto internacional que afecta também a economia portuguesa e as difíceis medidas de austeridade anunciadas para 2011 “convocam-nos para que todos sejamos parte activa e responsável na construção de ideias e projectos para o futuro do concelho do Cartaxo e para cada uma das suas oito freguesias”. R.S.A.



31 milhões de euros para cheque-dentista

O SECRETÁRIO de Estado Adjunto e da Saúde perante mais de três mil profissionais de medicina dentária reunidos em Santa Maria da Feira, no 19º congresso do sector, anunciou que o orçamento do Ministério da Saúde prevê para 2011 um reforço de 31 milhões de euros para o cheque-dentista. Este valor que representa um aumento em cerca de 50% em relação aos 14 milhões de euros destinados a essa medida estabelecidos no início de 2010.

Para Manuel Pizarro, trata-se de um aspecto positivo em ano de cortes orçamentais, representando “uma evolução significativa”, em termos de acesso à medicina oral, e “um passo em frente” na parceria estratégica entre o Estado, profissionais e empresas no âmbito do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral.

Lembrando que este reforço financeiro “vai fazer toda a diferença”, o secretário de Estado não deixou de considerar que o programa vai “demorar algum tempo a ser visível”, considerando contudo que reúne os ingredientes necessários “para fazer toda a diferença”.

Também o bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, Orlando Monteiro da Silva, manifestou a sua satisfação por este anúncio do Governo, congratulando-se pelo “investimento nesta área” que considerou “como muito positivo”. R.S.A.

Quercus apoia proposta do PS para reduzir consumo de sacos plásticos

O PROJECTO de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, que visa reduzir a utilização de sacos plásticos contribuindo assim para ajudar o ambiente, tem o apoio da associação ambientalista Quercus.

Tendo como primeiro subscritor o deputado Marcos Sá, a iniciativa socialista prevê que as cadeias de supermercados passem a oferecer aos seus clientes descontos mínimos sempre que estes prescindam do uso de sacos plásticos nas suas compras, passando as grandes superfícies a aplicar um desconto não inferior a 0,05 euros por cada 5 euros de compras.

Uma medida que pretende beneficiar, como refere Marcos Sá, quer o ambiente, quer igualmente os consumidores e os próprios distribuidores.

O projecto deixa de fora todas as cadeias que já cobram pelos sacos, podendo a utilização do rótulo inscrito nas embalagens de “100% biodegradável” vir a ser proibido.

Para a organização ambientalista, esta medida defendida pelos socialistas “irá contribuir para aumentar as taxas de reutilização e otimizar o uso de sacos de compras”.

O projecto de resolução apresentado pelos deputa-

dos socialistas recomenda ainda ao Governo a criação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de determinar o impedimento à menção “100% biodegradável” nos sacos de plástico oxibiodegradáveis e, ainda, a sua distribuição pelos agentes económicos, com base em fundamentos técnicos e científicos.

Instituir o consumo de água da torneira no Parlamento

Entretanto, o deputado Marcos Sá propôs também que na Assembleia da República se deixe de consumir água engarrafada e se passe a beber água da torneira como medida simbólica na efectiva poupança. Com este projecto de deliberação, o PS pretende dar o exemplo e transmitir à sociedade confiança no sistema público de distribuição de água.

Para o deputado Marcos Sá, esta iniciativa propõe-se contribuir de forma activa não só para um corte nos custos económicos, mas igualmente ajudar o ambiente, recordando que o recurso à água da torneira apresenta vantagens inequívocas ao nível da redução da produção de resíduos e da racionalização do uso de recursos naturais, designios maiores da política de ambiente. R.S.A.

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista



DIRECTOR Jorge Seguro Sanches /// **DIRECTOR-ADJUNTO** Silvino Gomes da Silva /// **REDACÇÃO** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt] Mary Rodrigues [mary@ps.pt] Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt] /// **SECRETARIADO** Virgínia Damas [virginia@ps.pt] /// **LAYOUT, PAGINAÇÃO E EDIÇÃO INTERNET** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista /// **REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 /// **DEPÓSITO LEGAL** 21339/88 /// **ISSN** 0871-102X /// **IMPRESSÃO** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Inscreva-se na nossa mailing list para receber o “Acção Socialista” em formato digital no dia de fecho da edição
<http://phplist.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>



Cimeira luso-argelina reforça cooperação entre os dois países

“As relações entre Portugal e o Magrebe são essenciais e constituem uma prioridade indiscutível da política externa portuguesa”, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, perante o seu homólogo argelino, Ahmed Ouyahia, no final da III Cimeira Luso-Argelina que decorreu em Oeiras no final da primeira semana de Novembro.

SÓCRATES definiu a aproximação aos países do Norte de África, “e em especial à Argélia”, como uma prioridade absoluta da política externa nacional, recordando o “longo caminho de empenhamento de ambos os governos na aproximação económica, política e cultural”.

Neste encontro foram assinados nove acordos de cooperação, centrados sobretudo na sociedade de informação e na economia digital.

Destaque para um memorando de entendimento tendo em vista o aprofundamento da cooperação no âmbito da agenda digital, com o objectivo de proporcionar o desenvolvimento de projectos de colaboração nesta área dos territórios das redes da nova geração, educação, saúde, governo electrónico, mobilidade e energias.

O bom entendimento e uma “estreita identidade de pontos de vista” sobre o futuro das relações entre os dois Estados e relativamente às questões mais delicadas da ordem internacional, referiu o primeiro-ministro, são factores determinantes para que hoje os dois países possam cooperar também ao nível da política externa.

Classificou como positiva a evolução registada nas relações económicas entre os dois países nos últimos cinco anos, progresso traduzido, como sublinhou Sócrates, no aumento das exportações portuguesas em cerca de 267% com cerca de 230 empresas a venderem para a Argélia.

Depois de agradecer o “apoio importante” dado por aquele país africano à candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, o chefe do executivo de Lisboa lembrou um conjunto de passos significativos entretanto dados no sentido de aproximar os dois países, referindo a propósito a abertura recente de uma linha aérea entre a capi-

tal portuguesa e Argel, bem como uma maior cooperação no sector das novas tecnologias.

O primeiro-ministro argelino, Ahmed Ouyahia, por seu lado, agradeceu a ajuda que Portugal tem vindo a dar ao seu país, nomeadamente no sector industrial “e na sua capacidade de realização”.

O líder argelino manifestou ainda a sua expectativa na cooperação em matéria de tecnologias da informação e comunicação, afirmando que “é esperada com impaciência” a visita de um consórcio de empresas portuguesas deste sector para abrir caminho “à introdução da informática nas escolas”, mas também em projectos de governo electrónico, permitindo assim que a Argélia “possa desenvolver este sector”.

Argélia que está igualmente interessada, como garantiu Ahmed Ouyahia, na cooperação com Portugal em matéria de energias renováveis.

O Chefe do Governo argelino referiu-se também à actual crise internacional, na qual Portugal atravessa “dificuldades conjunturais, muito conjunturais”, elogiando o “desenvolvimento de Portugal” e a “coragem do primeiro-ministro José Sócrates para enfrentar estas dificuldades”.

Nesta cimeira, para além dos dois primeiros-ministros, participaram o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce Pássaro, da Cultura, Ana Canavilhas, e dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, pela parte portuguesa, enquanto pela parte argelina estiveram presentes, para além do primeiro-ministro Ahmed Ouyahia, o ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país do norte de África. R.S.A.



Constituição Portuguesa O Preâmbulo

LUÍS PITA AMEIXA /// Deputado do PS

“**P**raemulus” é a palavra do latim que significa “o que caminha na frente”, e que deu origem ao nosso actual termo “preâmbulo”, geralmente usado na técnica legislativa como uma declaração inicial e solene de introdução justificativa de uma lei.

A Constituição da República Portuguesa actualmente em vigor, aprovada em 2 de Abril de 1976, para passar a vigorar a partir do dia 25 desse mesmo mês e ano, é, como bem se sabe, o resultado político-institucional da Revolução de 25 de Abril de 1974.

A Assembleia representativa de todos os portugueses, destinada a escrever uma nova Constituição, foi eleita um ano após o momento revolucionário, em 25 de Abril de 1975, e dela surgiu uma nova ordem constitucional, que passou a vigorar no dia do segundo aniversário.

A Constituição de 1976 é pois originária do 25 de Abril.

A Constituição inicia-se com um Preâmbulo, que precede os artigos, no qual os constituintes, num texto breve, justificam o poder político originário ao abrigo do qual actuaram e o enquadramento e ‘animus’ que os inspirou – podemos talvez dizer que o Preâmbulo da Constituição contém o espírito do 25 de Abril.

É natural, em qualquer caso que seja, que o decorrer do tempo crie uma discrepância entre as preocupações e desígnios de um momento histórico e de outro passadas décadas.

Por exemplo quando se dá relevo à viragem histórica e transformação revolucionária que significou “libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo” não quer dizer que hoje esses aspectos políticos devam continuar com a mesma primazia e acuidade dessa altura. Agora, resolvidas então aquelas questões, as prioridades políticas são outras, e ainda bem.

Na verdade o Preâmbulo tem sobretudo um significado histórico. Caracteriza o espírito da época absorvido pelo legislador constituinte.

É perfeitamente admissível que os parâmetros se alterem com o tempo e, designadamente, com as revisões constitucionais.

Tal não quer dizer, porém, que se tenha de alterar o Preâmbulo constituinte.

E um dos aspectos que milita a favor da estabilidade do texto preambular é que ele não tem força dispositiva nem nunca prevalece sobre o articulado.

Quer dizer: Só os artigos da Constituição têm força e efeitos jurídicos, não o preâmbulo.

Alguns partidos têm contencioso com o Preâmbulo, quiçá porque se funda na Revolução ou porque revela efectivamente uma inspiração socialista democrática, e, por isso, querem eliminá-lo. É o caso do CDS-PP no actual processo da oitava revisão constitucional.

Alguns partidos têm contencioso com o Preâmbulo, quiçá porque se funda na Revolução ou porque revela efectivamente uma inspiração socialista democrática, e, por isso, querem eliminá-lo

Se entendermos o enquadramento do Preâmbulo pelo significado e valor histórico que dá à nossa Constituição, e não tendo ele força dispositiva, a bravata do CDS-PP mais parece um ‘delirium’ de Quixote destinada ao insucesso.

A justificação da revisão constitucional há-de constar dela própria, sem necessidade do derrube do enquadramento histórico da Constituição originária cuja revisão, aliás, não poderá consistir em mudar de Constituição mas em aperfeiçoar a mesma que existe.

O Preâmbulo em nada obstaculiza, nem nunca obstaculizou, a modernização e actualização da Constituição, como se tem feito em sete, e vai agora para oito, revisões constitucionais nestes 34 anos da sua vigência de sucesso.

Para completa informação dos nossos leitores transcrevemos a seguir o Preâmbulo da Constituição:

“Preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de

Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa: (...)”

Portugal e China fortalecem relações comerciais

Duplicar o comércio até 2015 e impulsionar as relações para que haja mais investimento chinês em Portugal, diversificando a cooperação económica, de modo que ambos os povos possam beneficiar dessa ambição, foi o desejo manifestado por José Sócrates ao Presidente da China no final da visita oficial de dois dias que Hu Jintao realizou a Portugal.

NA SEQUÊNCIA desta deslocação do líder chinês foram assinados nove acordos empresariais e quatro institucionais, facto que levou o primeiro-ministro a afirmar que a concretização destes protocolos representaram a “expressão da vontade das autoridades chinesas de incentivar as empresas da segunda maior economia do mundo a investirem no nosso país”.

Turismo, tecnologias de informação e telecomunicações, entre outras, assumem, na opinião do primeiro-ministro, “áreas promissoras” na consolidação das “excelentes relações” entre Lisboa e Pequim.

Por sua vez, Hu Jintao salientou que o Governo da China pretende alargar a cooperação económica e comercial com Portugal, garantindo que não só incentiva as empresas competitivas do seu país a operarem a Portugal, como “dá as boas-vindas às empresas portuguesas a participarem inteligentemente na concorrência do mercado chinês”.

Vamos fazer tudo, garantiu, para que as trocas comerciais entre os dois países possam duplicar até ao ano de 2015, aconselhando os empresários portugueses a analisarem a “complementarização das vantagens



competitivas” e a identificarem as possibilidades de cooperação em áreas como a logística portuária, serviços financeiros, novas e altas tecnologias, protecção do meio ambiente, energias renováveis ou turismo, para que cada vez mais os grupos portugueses competitivos possam entrar no mercado da China, acrescentando que os dois países devem também “aumentar o intercâmbio humanístico e promover a cooperação bilateral”.

Voltando-se depois para as questões financeiras, Hu Jintao manifestou a sua solidariedade para com Portugal contra o que classificou de “ataque especulativo à dívida soberana portuguesa e ao euro”, sublinhando que o seu país está disposto a apoiar, através de medidas concretas, os esforços do Governo português para enfrentar os impactos causados pela crise financeira internacional.

Quanto a acordos institucionais, Portugal e China

assinaram instrumentos de cooperação entre organismos nacionais nas áreas do turismo, onde foi decidido constituir uma comissão mista, nos dossiês da indústria, infra-estruturas, biofórmacos, tecnologias de informação, bem como a criação de uma plataforma luso-chinesa para o desenvolvimento de parcerias empresariais e científicas no âmbito das energias renováveis.

Os dois países acordaram ainda num programa de cooperação nas áreas da cultura, língua, educação, ciência e ensino superior, juventude, desporto e comunicação social.

Os acordos e contractos estabelecidos, estimados pela imprensa chinesa em mil milhões de dólares, instituem, na opinião do primeiro-ministro, uma diversificação da cooperação económica entre ambas as nações, o que vem consolidar “uma das prioridades da política externa portuguesa”. R.S.A.

Acordos estabelecidos

- Cooperação entre a Temple e a chinesa Baillan Group para processamento e serviços do comércio de café.
- Cooperação entre a Servitécnica e a chinesa European - Impex para a exortação para a China de artefactos mobiliário, azeite e vinho.
- Cooperação entre o BPI e o Bank of China, com sede em Macau, para lançar analisar plataforma de oportunidades de negócio na China e nos países lusófonos.
- Cooperação para a criação de uma comissão mista

de organismos de turismo.

- Acordo de entendimento entre a empresa chinesa ZTE e a Zaap.PT tendo em vista o desenvolvimento de rede e sistemas de comunicação rádio.
- Acordo entre a AICEP e a Huawei Tech Portugal para a abertura de um centro de competências técnicas.
- Contrato de exploração de rochas ornamentais para a China entre a portuguesa Dipomar Rochas e a China National Light Industrial Products.
- Contrato de exportação para Xangai entre a portuguesa Fisipe e a China National Chemical Fiber.

Diplomacia económica portuguesa aposta em novos mercados

EM MACAU, onde participou no fim-de-semana de 13 e 14 de Novembro na III Conferência ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua oficial portuguesa, que se realizou naquela Região Autónoma Administrativa Especial chinesa, o primeiro-ministro português, José Sócrates, teve ocasião de se encontrar, à margem da reunião, com o seu homólogo chinês, Wen Jiabao, oportunidade aproveitada pelo chefe do Governo de Lisboa para sublinhar que o crescimento económico de Portugal deve ser “alimentado pela procura de novos mercados”, recordando que em relação a todas as economias desenvolvidas no mundo existe hoje um indicador transversal que passa pelo “número de empresas que exportaram ou estão presentes na China”.

Trata-se, como referiu, da segunda potência económica mundial, sendo por isso essencial que “a nossa relação com a China se fortaleça” proporcionando deste modo às empresas nacionais mais oportunidades de internacionalização através do aumento das exportações, garantindo que a China representa “uma das prioridades da diplomacia económica portuguesa”.

Já nos trabalhos da conferência, o chefe do Governo português destacou a importância da realização da mesma, dizendo tratar-se de “uma excelente instituição” onde é possível programar parcerias entre todos os países lusófonos e a China, recordando que a sua presença em Macau pretendeu sinalizar por parte de Portugal o “empenhamento que existe na relação com a China”.

Garantiu ainda que a realização deste encontro “representa uma parceria importante” para o desenvolvimento de projectos que visam beneficiar todos os povos nele

envolvidos, frisando que as relações económicas com a China e os países de língua portuguesa assumem um carácter “absolutamente crítico e decisivo” para a economia portuguesa.

Por sua vez, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, reafirmou a disposição do seu Governo em “elevar para um patamar ainda mais alto” as relações com a comunidade de língua portuguesa e de “explorar novas áreas de cooperação”, tendo a China anunciado a criação de um fundo de 730 milhões de euros para desenvolver as relações com os países lusófonos, à excepção do Brasil, que será formado por um consórcio bancário da China continental e de Macau.

Para o líder do Executivo chinês, este III Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa confirmou Macau como “plataforma entre a China e os países de língua portuguesa e de ponto de encontro entre as culturas ocidental e oriental”.

O chefe do Governo chinês, manifestou ainda a sua confiança de que Portugal irá superar as actuais dificuldades com os mercados financeiros, afirmando que “a China está disposta a prestar o apoio que estiver ao seu alcance”.

Nesta cimeira, estiveram presentes, para além de José Sócrates e do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, o Presidente da República de Timor-Leste, Ramos Horta, os líderes governamentais da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior e de Moçambique, Aires Ali, o ministro de Estado de Cabo Verde, Manuel Inocêncio Sousa, o ministro da Economia de Angola, Abraão Pio dos Santos Gourgel, e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, sub-secretário geral dos Assuntos Económicos do Brasil.

NATO aprova em Lisboa novo Conceito Estratégico



Reunidos na capital portuguesa os 28 membros da NATO aprovaram o novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica destinado a ajustar na próxima década as estruturas civis e militares às novas ameaças, entre as quais o terrorismo electrónico, a segurança dos aprovisionamentos de energia e

a proliferação de armamento nuclear. Aprovada foi também a promoção de parcerias para a gestão de crises e a promoção da segurança cooperativa. Paralelamente, Lisboa foi ainda palco para as cimeiras NATO-Rússia, NATO-Afeganistão e UE-EUA. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

O **CONCEITO** estratégico de Lisboa “adapta a NATO às novas realidades e ao novo tempo” marcando a passagem para uma era de cooperação e de “modernização da organização da Aliança”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no final da 24ª Cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que decorreu em Lisboa, durante dois dias.

Para José Sócrates, o Conceito Estratégico de Lisboa seguiu as linhas-mestras que o Governo português há muito vinha a apontar como necessárias e previsíveis e que coincidem, de resto, com as posições da política externa de Portugal.

Propostas, como salientou o chefe do Governo português, que passam pela segurança cooperativa, e que se traduzem em deixar de lado a ideia de que a NATO, vitoriosa na Guerra-Fria, poderia assumir um papel de polícia do mundo ou de promotor da segurança global, para passar a ter uma posição de parceiro na construção de uma segurança colectiva.

Esta mudança “era essencial e há muito reclamada”, referiu o primeiro-ministro no balanço dos trabalhos, defendendo que urgia dar “uma nova visão estratégica à NATO”.

A partir de agora, sustentou, “julgo que não apenas os aliados estão mais seguros com este novo Conceito Estratégico”, como esta nova visão vai representar um “excelente contributo para a segurança global”, uma vez que vai implicar uma alteração no modelo organizativo.

Sócrates abordou depois a problemática de redução dos comandos da NATO, para manifestar a sua confiança de que Portugal manterá no seu território um comando desta organização em resultado de “meses de negociações com os nossos parceiros”, mas também fruto das conversas “que pude ter aqui com os nossos aliados”.

Tal como o primeiro-ministro, também o ministro da Defesa, Santos Silva, classificou a Cimeira da NATO de “histórica” para Portugal, assinalando que foi a primeira cimeira de chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica a realizar-se em Lisboa.

Histórica igualmente, como acentuou, porque para a organização aprovou um novo conceito estratégico que vai nos dois sentidos defendidos por Portugal. Um multilateralista, já que a NATO passa a coordenar a sua participação na gestão de crises com as organizações mundiais, designadamente com a ONU, e outro relacionado com as parcerias, nomeadamente entre a União Europeia e a Rússia.

Guerra-Fria termina em Lisboa

Associado à Cimeira da Aliança Atlântica, teve lu-

gar o conselho NATO-Rússia com ambas as partes a reconhecerem que tinham percorrido um largo caminho até à cooperação produtiva da actual década.

Para o Presidente russo, Dmitri Medvedev, Lisboa marca o fim das relações frias entre a NATO e a Rússia, podendo ambos olhar agora o futuro “com optimismo”, prosseguindo o fomento das relações em todos os campos.

O líder russo falava após a assinatura do acordo de parceria estratégica entre a Aliança Atlântica e o seu país, o qual pela primeira vez na história vai permitir colocar os dois blocos antagónicos da Guerra-Fria a cooperar no domínio da defesa, designadamente ao nível do sistema antimíssil que consiste numa rede de radares e interceptores móveis capazes de deter mísseis de médio e longo alcance.

No final da reunião, Medvedev mostrou-se satisfeito com o acordo, lembrando que “partilhou considerações” sobre a criação de uma estrutura de defesa antimíssil europeia que conjugue os potenciais da Rússia e da NATO, de forma a garantir “protecção a todos os países da Europa contra ataques”.

O acordo vai permitir ainda o reforço do trânsito de equipamento da NATO para o Afeganistão através do território russo.

Também o Presidente norte-americano, Barack Obama, salientou o êxito do conselho NATO-Rússia, defendendo que a organização do Atlântico Norte “saiu reforçada de Lisboa” e com capacidade para enfrentar os desafios de segurança no século XXI.

UE e EUA criam grupo de trabalho sobre ciber-segurança

União Europeia e Estados Unidos acordaram na cimeira entre europeus e americanos na criação de um grupo de trabalho sobre ciber-segurança, o qual deverá apresentar já as primeiras propostas dentro de um ano.

No final da reunião, Obama, Herman van Rompuy, presidente do Conselho Europeu, e Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, enumeraram os assuntos discutidos que passaram pela economia e emprego, segurança e terrorismo, bem como pelo comércio, alterações climáticas e proliferação nuclear.

Para Barroso, “foi uma boa cimeira” onde houve convergência e vontade de trabalhar em conjunto, enquanto Barak Obama sublinhou o seu orgulho em ter participado neste encontro, reafirmando que os americanos querem e “precisam de uma União Europeia forte”.

Esta cimeira serviu ainda para Estados Unidos da

América e União Europeia reafirmarem em Lisboa a vontade em facilitar os voos transatlânticos para os cidadãos de ambos os lados do Atlântico, pelo que foi manifestada a intenção de dispensa de vistos para as viagens entre os países da União Europeia e os Estados Unidos da América, “tão depressa quanto possível”, sem contudo deixar de “garantir a necessária segurança”.

Portugal reforça participação no Afeganistão

Portugal manifestou a sua disponibilidade, no quadro da NATO, para reforçar a sua participação na missão de treino das forças armadas e policiais afegãs, anunciou o primeiro-ministro, José Sócrates, para quem deste novo contingente não resultará despesas acrescidas para o nosso país, uma vez que haverá uma reafecção dos recursos das missões portuguesas no estrangeiro.

Sócrates desmentiu a ideia de que a NATO se prepara para retirar do Afeganistão, garantindo que os líderes da organização acordaram em manter a sua missão naquele país asiático, “até que cumpra o seu objectivo” de modo a fazer do Afeganistão “uma nação livre, democrática e próspera”.

Na reunião NATO-Afeganistão, que contou com a presença, para além do primeiro-ministro português, do Presidente dos EUA, Barack Obama, do secretário-geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, entre outros membros das forças internacionais com presença no Afeganistão, do Presidente da República Hamid Karzai e do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, debateu-se o processo de transição neste país tendo-se chegado a acordo que as forças internacionais passarão a responsabilizar-se pela preparação das tropas e forças policiais do Estado afegão, transferindo progressivamente as responsabilidades pela segurança para os próprios afegãos.

Quanto ao processo de transição, os dirigentes internacionais acordaram que a transferência de responsabilidades dar-se-á de forma progressiva de 2011 a 2014, altura em que se prevê que o Governo de Cabul venha a assumir o papel central na defesa do seu território, a que se seguirá a adopção de um “plano de parceria a longo prazo” com a administração de Hamid Karzai.

A Força Internacional de Segurança e Assistência (ISAF), na sigla inglesa, opera desde 2003 no Afeganistão e conta com a participação de 48 países, 28 destes membros da NATO, estando actualmente em território afegão mais de 140 mil militares, com os Estados Unidos a contribuírem com 90 mil soldados.



Actualização + Informação + Participação



CAMPANHA DE ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

Camarada, durante as próximas semanas iremos implementar uma campanha de actualização da base de dados pessoais dos nossos militantes. A possibilidade de o podermos contactar, através dos meios mais rápidos e adequados, é fundamental para que o possamos manter actualizado.

Ajude-nos. O sucesso desta campanha depende de si.

Irá ser contactado em breve. Colabore!

Site Oficial
www.ps.pt ←

CONTAMOS CONSIGO

→ Linha Azul
808 201 695